



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO
CNPJ 18.244.335/0001-10

EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 017/2024 CREDENCIAMENTO Nº 007/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO/MG, INCLUINDO TODOS OS ATOS NECESSÁRIOS À ORGANIZAÇÃO DO CERTAME, DISPOSIÇÃO DOS LOTES, DIVULGAÇÃO, VISITAÇÃO, REALIZAÇÃO DO LEILÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, E ENTREGA DOS BENS.

DO EDITAL:

O presente Instrumento Convocatório encontra-se afixado na sede da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo/MG, na Rua José Coutinho, n 39, Centro, CEP 37.262-000 em Santo Antônio do Amparo/MG. Ainda, nos termos do artigo 3º, do Decreto Municipal nº 1.923/2023, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP, no sítio eletrônico do Município de Santo Antônio do Amparo, cujo acesso poderá ser realizado pelo link: <https://santoantoniодоamparo.mg.gov.br/> e na plataforma BNC, no link: <https://bnc.org.br/>

DO PEDIDO DE HABILITAÇÃO

Os interessados deverão encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital, por meio da Plataforma BNC - Banco Nacional de Preços.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos documentos, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Credenciamento, observado o disposto no artigo 164, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DÚVIDAS/CONSULTAS:

As dúvidas, esclarecimentos e consultas acerca do processo licitatório deverão ser realizados diretamente na plataforma BNC ou através do e-mail: licitacao@santoantoniодоamparo.mg.gov.br.

Dúvidas, esclarecimentos e consultas acerca da operacionalização da plataforma BNC deverá ser realizada pelo telefone: (42) 3026-4555 e e-mail: contato@bnc.org.br.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO
CNPJ 18.244.335/0001-10

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2024

CREDENCIAMENTO Nº 007/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 017/2024

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua José Coutinho, nº 39, Centro, inscrito no CNPJ/MF nº 18.244.335/0001-10, através do Agente de Contratação, devidamente constituído pelo Decreto nº 2.005/2024, torna público que fará realizar, através da presente, **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS**, devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado em que tiverem matriculados, para realizarem, mediante contrato específico, leilões públicos presenciais e/ou eletrônicos de bens patrimoniais imóveis e móveis inservíveis de propriedade desta Prefeitura Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais disposições aplicáveis, de acordo com os critérios e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O presente edital tem por objeto, Credenciamento de leiloeiros oficiais para a prestação de serviços para alienação de bens móveis inservíveis e imóveis, de propriedade do município de Santo Antônio do Amparo/MG, incluindo todos os atos necessários à organização do certame, disposição dos lotes, divulgação, visitação, realização do leilão, prestação de contas e entrega dos bens.

1.2 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.2.1 Os bens imóveis e bens móveis inservíveis a serem leiloados serão definidos por meio de licitação na modalidade leilão, conforme necessidade desta Prefeitura;

1.1. A cada leilão que esta Prefeitura vier a realizar, a designação do leiloeiro será definida pela ordem de classificação de credenciamento, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do Município de Santo Antônio do Amparo/MG.

1.1.1. A publicação da ordem de classificação dos licitantes credenciados ocorrerá em até 48 (quarenta e oito horas) após a sessão de sorteio;

1.1.2. O leiloeiro que solicitar sua inclusão no Rol de Credenciados nos termos do item 4.1, após publicado a lista de credenciados, e que tenha sua documentação aprovada, será incluído na última posição da fila;

1.2. O leiloeiro oficial será convocado, para realização do leilão público presencial e/ou eletrônico, de acordo com a lista de classificação dos leiloeiros;

1.2.1. A sequência da lista de leiloeiros credenciados será atualizada, passando para o final da fila o leiloeiro que:

a) Acabou de receber uma solicitação de leilão da Prefeitura, independentemente de aceitá-la, ou;

b) Esteja suspenso/impedido pela junta Comercial do Estado em que estiver matriculado.

1.2.2. A recusa injustificada para realização do leilão implicará no descredenciamento do leiloeiro;

1.2.3. Será automaticamente excluído do rodízio, o credenciado que não mantiver as condições exigidas para a habilitação relacionadas às condições de Credenciamento e constantes perante o cadastro unificado disponível no Portal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, alternativamente, no Cadastro de Fornecedores do Município;

1.2.4. Havendo descredenciamento de leiloeiro, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais;

1.3.0 leiloeiro obriga-se a executar os serviços contratados, recebendo, a título de comissão, a taxa de 5% (cinco por cento) para bens imóveis e bens móveis inservíveis, calculada sobre o valor de venda do bem arrematado, taxa esta que deverá ser cobrada diretamente de cada arrematante, na ocasião do leilão, conforme parágrafo único do artigo 24 do Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932;

1.3.1. Não cabe ao Município de Santo Antônio do Amparo/MG qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro para recebê-la;

1.3.2. Não será devido nenhum outro pagamento além da comissão prevista;

1.4. Caso não ocorra a efetivação da finalização da venda ou caso o leilão público seja suspenso por determinação judicial, a comissão será devolvida ao arrematante pelo leiloeiro, sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte desta Prefeitura;

1.5.0 leiloeiro deverá divulgar o evento em meios de comunicação, durante no mínimo 15 (quinze) dias úteis que antecederem o leilão de forma a conter, no mínimo, as seguintes informações: características dos bens, fotos, editais, contatos do leiloeiro e outros;

1.6.0 Leiloeiro será responsável pelo pagamento de todas as despesas com a divulgação e obriga-se a executar os serviços, objeto deste Edital, recebendo a título de comissão a taxa de 5% (cinco por cento) para bens imóveis e móveis inservíveis, calculada sobre o valor de venda do bem arrematado, taxa esta que deverá ser cobrada diretamente de cada arrematante, na ocasião do leilão, conforme artigo 24, Parágrafo Único do Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932;

1.7. Os eventos contratuais que recaírem em datas posteriores à extinção da vigência do Termo de Credenciamento (prestações de contas, pagamentos, etc.) deverão ser executados em total conformidade com as condições e exigências previstas no Termo de Credenciamento;

1.8. Não há data previamente definida para a realização dos leilões, ocorrendo estes apenas a partir da demanda apresentada pela Prefeitura.

1.3 FREQUÊNCIA E PERIODICIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.3.1 Edital ficará disponível por 12 (doze) meses para possíveis novos interessados;

1.3.2 O prazo de vigência do Termo de Credenciamento iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá validade de 60 (sessenta) meses;

1.3.3 O Termo de Contrato firmado com cada leiloeiro terá a vigência de 12 meses ou, até a conclusão do seu escopo, podendo ser automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei 14.133/21;

2.DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. O presente credenciamento se dará sem ônus financeiro ao Município de Santo Antônio do Amparo/MG ou aos Leiloeiros credenciados.

3.DOS ANEXOS

3.1. Anexo I - Termo de Referência;

3.2. Anexo II - Pedido de Credenciamento;

3.3. Anexo III - Minuta de Termo de Credenciamento;

3.4. Anexo IV - Minuta de Termo de Contrato.

4.DATAS, LOCAIS E HÓRARIOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

4.1- O requerimento para habilitação dos interessados será feito a partir das 08h00min do dia 04/07/2024, na Plataforma BNC.

4.1.2- O presente credenciamento ficará na Plataforma BNC aberto para possíveis novos interessados por 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação, devendo os mesmos protocolarem seus documentos na plataforma e, posteriormente serão credenciados nos termos deste Edital.

4.2. A documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e declarações serão recebidas pela plataforma BNC, disponível no link: <https://bnc.org.br/>

4.3. O Edital de Credenciamento e seus Anexos, nos termos do artigo 229º, do Decreto Municipal nº 1.923/2023, encontram-se disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico do Município de Santo Antônio do Amparo, cujo acesso poderá ser realizado pelo link: <https://santoantoniodoamparo.mg.gov.br/> e na plataforma BNC, no link: <https://bnc.org.br/>

5.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste processo de Credenciamento os Leiloeiros Públicos Oficiais devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado em que tiverem matriculados;

5.2. A participação neste credenciamento implica na integral e incondicional aceitação de todas as cláusulas e condições do presente edital, de seus anexos e das normas que o integram, bem como no enquadramento destas condicionantes do objeto social;

5.3. As proponentes deverão apresentar pedido de credenciamento com a indicação do representante (conforme anexo II deste Edital) para praticar todos os atos necessários em nome da proponente em todas as etapas do credenciamento, ou documento que comprove sua capacidade de representar, no caso de sócio ou titular;

5.4. Não poderão participar do presente credenciamento os leiloeiros que porventura estejam enquadrados nos seguintes casos:

5.4.1. Suspensos ou impedidos de licitar com a Administração Pública, durante o prazo estabelecido para a penalidade, bem como aqueles em situação de Falência, Recuperação Judicial e Execução Patrimonial;

5.4.2. Que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração direta ou indireta, com qualquer órgão Público Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal;

5.4.3. Servidor, ocupante de cargo, emprego ou função de direção, chefia, assessoramento ou de confiança da Administração Pública Municipal;

5.4.4. Suspensos pela respectiva Junta Comercial;

6.DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

6.1. Os interessados em participar do presente credenciamento deverão encaminhar a documentação, nos prazos estabelecidos no item 4.1, deste edital, pelo link: <https://bnc.org.br/>

6.2. A análise da documentação de habilitação ocorrerá de acordo com o disposto no art. 230º, do Decreto Municipal nº 1.923/2023, que determina o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação, prorrogável, se autorizado pela autoridade competente, por igual período por uma única vez;

6.3. Ao final do exame dos documentos de todos os proponentes, o Agente de Contratação lavrará ata constando o julgamento dos documentos apresentado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do Município de Santo Antônio do Amparo, cujo acesso poderá ser realizado pelo link: <https://santoantoniodoamparo.mg.gov.br/> e na plataforma BNC, no link: <https://bnc.org.br/>.

6.4. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 05 (cinco) dias úteis, conforme análise do agente de contratação e equipe de apoio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação exigidos no edital deverão ser encaminhados, exclusivamente, por meio da plataforma BNC disponível no link: <https://bnc.org.br/>;

7.1.1. Somente serão aceitos documentos que ofereçam condições de análise por parte do agente de contratação e equipe de apoio;

7.1.2. Serão aceitos comprovantes obtidos na rede internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo agente de contratação e equipe de apoio.

8.1.3 Para fins de contratação, será exigida do licitante a comprovação das condições de habilitação consignadas nesse edital.

7.2 REGULARIDADE JURÍDICA:

7.2.1 Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais, das declarações solicitadas na cláusula 8, deste Edital e do contrato.

7.2.1.1 Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(s) para praticar atos junto à Administração Pública.

7.2.2 Prova de matrícula de Leiloeiro Oficial na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e situação de regularidade para o exercício da profissão, nos termos do Decreto Federal número 21.981, de 19 de outubro de 1932, e da Instrução Normativa número 113, de 28 de abril de 2010, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.

7.2.3 Certidões Negativas ou Positivas com efeito de negativas, dos distribuidores e das Varas Cíveis e Criminais das Justiças Federal, Estadual, Eleitoral e Militar dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

7.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.3.1 Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;

7.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;

7.3.3 Prova de Regularidade relativa a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Sociais (Previdenciárias);

7.3.4 Prova de regularidade com o FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal - CEF, com seu prazo de validade em vigor na data abertura do julgamento;

7.3.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT.

7.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.4.1 Certidões Negativas Cível, Criminal e Falência, Concordata e Recuperação Judicial, das Varas Federal e Estadual, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação dos documentos.

7.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.5.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas no Anexo I, através da apresentação de atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, que comprove a exitosa realização de pelo menos 1(um) leilão.

7.6 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

7.6.1 Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade. Se o prazo de validade não constar em algum documento, será considerado válido por um período de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

8. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

8.1. As declarações complementares deverão ser encaminhadas, exclusivamente, por meio da plataforma BNC disponível no link: <https://bnc.org.br/>.

8.2. Declaração do licitante de que atende plenamente aos requisitos de habilitação indicados neste edital e dando ciência de que concorda com as regras contidas no edital, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.3. Declaração, expedida pelo proponente, de que todas as despesas inerentes à execução dos leilões correrão por sua conta, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do Leilão, por decisão judicial ou administrativa, não cabendo ao Município de Santo Antônio do Amparo nenhuma responsabilização;

8.4. Declaração, expedida pelo proponente, que divulgará o evento em meios de comunicação, durante no mínimo 15 (quinze) dias que antecederem o leilão de forma a conter, no mínimo, as seguintes informações: características dos bens, fotos, editais, contatos do leiloeiro e outros.

8.5. Declaração expedida pelo proponente informando que o mesmo será responsável pelo pagamento de todas as despesas com a divulgação e que se obriga a executar os serviços, objeto deste Edital, recebendo a título de comissão a taxa de 5% (cinco por cento) para bens imóveis e móveis inservíveis, calculadas sobre o valor de venda do bem arrematado, taxa esta que deverá ser cobrada diretamente de cada arrematante, na ocasião do leilão, conforme artigo 24, Parágrafo Único do Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932;

8.6. Declaração, expedida pelo proponente, indicando o endereço eletrônico por meio do qual realizará os leilões, certificando que a página possui todos os Requisitos de segurança e confiabilidade para a realização de leilões;

8.7. Declaração, expedida pelo proponente, que possui condições de realizar leilões presenciais e on-line, com transmissão ao vivo de áudio e vídeo simultaneamente, atendendo às seguintes exigências:

8.7.1. Possibilitar, no leilão eletrônico, a projeção em tela de tamanho visível e legível a todos os participantes do Leilão presencial, com a descrição do lote e dos respectivos lances recebidos, ou ainda os ofertados via internet, bem como dos lotes que não receberam lances após serem ofertados;

8.7.2. Possibilitar o Leilão on-line, com transmissão ao vivo de áudio e vídeo do leiloeiro no momento do leilão;

8.7.3. Possibilitar a realização do Leilão com recepção e estímulo de lances em tempo real, via internet, e interatividade entre os lances verbais e os lances efetuados eletronicamente;

8.7.4. Possibilitar que a cada lance, via internet ou presencial, seja o participante informado, de imediato, do recebimento do lance ofertado.

8.8. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.

9. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. O Agente de Contratação examinará a documentação apresentada, decidirá sobre a habilitação ou inabilitação dos proponentes, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, disposto no artigo 4º, do Decreto Municipal nº 1.923/2023 e dará ciência aos presentes da decisão e de sua motivação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico do Município de Santo Antônio do Amparo, cujo acesso poderá ser realizado pelo link: <https://santoantoniodoamparo.mg.gov.br/> e na plataforma BNC, no link: <https://bnc.org.br/>, informando o prazo para a interposição de recursos.

9.2. Serão inabilitados os proponentes que não atenderem às condições previstas neste Edital, e aqueles que apresentarem documentação incompleta ou ilegível, que a critério do Agente de Contratação, comprometam seu conteúdo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

9.3. Os documentos apresentados pelos proponentes habilitados e inabilitados permanecerão no processo de licitação.

9.4. O Agente de Contratação poderá durante o prazo de análise verificar a regularidade dos documentos disponíveis para consulta *on-line* exigidos, que forem apresentados vencidos ou positivos.

9.5. No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de não terem apresentado o documento ou terem apresentado com restrição.

10. DO CREDENCIAMENTO

10.1. O Município de Santo Antônio do Amparo convocará regularmente o interessado para assinar o Termo de Credenciamento, dentro do prazo e condições estabelecidas, devendo o leiloeiro assinar o termo sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021;

10.2. Convocação para assinatura eletrônica do Termo de Credenciamento:

10.2.1. Homologado o resultado, os leiloeiros serão convocados para assinatura do Termo de Credenciamento, que deverá ocorrer **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis** contados do envio deste por e-mail;

10.3. Caso a assinatura do Termo de Credenciamento seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1.1 O Leiloeiro credenciado será convocado para **assinar o Termo de Contrato para execução de leilão, quando necessário, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis** contados de sua convocação, a partir do encaminhamento por email do termo contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

11.1.2 Se o leiloeiro no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura do Termo de Contrato, poderá ser convocado o próximo, desde que respeitada a ordem de classificação e, comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.1.3 O Leiloeiro deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, devendo comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado;

11.1.4 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, prazo de execução, fiscalização, obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA estão previstos neste Edital e seus anexos;

11.1.5 O Termo de Contrato terá a vigência de 12 meses ou até a conclusão do seu escopo, a contar da data de sua assinatura, podendo ser automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei 14.133/21;

11.1.6 A **extinção do Termo de Contrato** poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do Município de Santo Antônio do Amparo/MG, nos casos enumerados nos Artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, bem como, rescindido amigavelmente, a qualquer momento, mediante condições determinadas na Lei e, com aviso prévio de 30 (trinta) dias.

11.2 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.2.1 O leiloeiro convocado para a realização do leilão público presencial e/ou eletrônico, terá o prazo de 3 (três) dias úteis para manifestar-se formalmente do seu aceite;

12.2.1.1 Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido, dar-se-á renúncia automática do leiloeiro;

11.2.2 Após aceite, os leiloeiros serão convocados para assinatura do Termo de Contrato, que deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

sua convocação;

11.2.3 Após a assinatura do Contrato, o leiloeiro receberá a relação de bens que serão leiloados e terá até 5 (cinco) dias úteis para ratificar o Laudo de avaliação dos mesmos, apresentado pela Prefeitura.

11.3 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.3.1 Quando o leilão for eletrônico, o leiloeiro deverá disponibilizar "*link*" para acompanhamento do leilão e permitir o acesso dos representantes desta Prefeitura;

11.3.2 Quando o leilão for presencial, o leiloeiro deverá disponibilizar o endereço do leilão, que deve ocorrer dentro do município de Santo Antônio do Amparo/MG e permitir o acesso dos representantes da Prefeitura;

11.3.3 Em caso de leilão misto, o leiloeiro deverá disponibilizar "*link*" para acompanhamento do leilão e disponibilizar o endereço do leilão, que deve ocorrer dentro do município de Santo Antônio do Amparo/MG, bem como permitir o acesso dos representantes da Prefeitura em ambas as modalidades.

11.4 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA ESPECÍFICAS DO OBJETO:

11.4.1 Ter equipe mínima para atender o objeto desta contratação;

11.4.2 Planejar, em conjunto com a Prefeitura, todas as fases do leilão e a executá-las em conformidade com este Termo de Referência;

11.4.3 Realizar o leilão dentro do período designado pela Prefeitura, conforme legislação vigente e Termo de Contrato;

11.4.4 Dispor de endereço eletrônico com todos os requisitos de segurança e confiabilidade para a realização de leilões;

11.4.5 Ratificar o laudo de avaliação dos bens disponibilizado pela Prefeitura, contendo o valor estimado do bem para a venda, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a notificação;

11.4.6 Promover ampla divulgação, durante no mínimo 15 (quinze) dias úteis que antecedem o leilão, nos veículos de comunicação que forem necessários, tais como: jornais, televisão, rádio, folders, mala-direta, telemarketing, divulgação em sites, e-mails, faixas, outdoors, assumindo os custos com publicidade, sem causar ônus à Prefeitura;

a) os avisos de leilão deverão ser elaborados em conformidade com os padrões definidos pela Prefeitura;

b) o leiloeiro contratado só poderá proceder à publicação do aviso de leilão após a aprovação da minuta do edital pela Prefeitura;

c) o terceiro dos avisos para divulgação de que trata o art. 38 do Decreto nº 21.981/32 deverá atender também ao disposto no art. 54 da Lei nº 14.133/21, não obstante a Prefeitura realize outra publicação da mesma natureza;

11.4.7 Providenciar filmagens e/ou fotos dos bens a serem leiloados a fim de disponibilizar aos interessados em meio eletrônico;

11.4.8 Disponibilizar-se ou disponibilizar um representante no local de visitação dos bens a serem leiloados, por no mínimo 6 (seis) horas e durante 2 (dois) dias que antecederem o leilão;

11.4.9 Orientar os interessados quanto à visitação dos bens nas datas e horários divulgados no edital do leilão;

11.4.10 Elaborar a Ata do Leilão, que deverá conter, no mínimo, o número e a data do leilão, a qualificação do leiloeiro oficial, o número e a descrição do bem, o valor inicial e o valor arrematado para cada bem e os nomes dos arrematantes;

11.4.11 Concluída a arrematação, deverá ser lavrado um **auto de arrematação** e será expedida a **carta de arrematação** a favor do arrematante, assim como notas fiscais das comissões pagas;

11.4.12 Deverão ser entregues à Prefeitura, cópia de todos os documentos mencionados no item 11.4.10, 11.4.11 e 14.4.13;

11.4.13 Apresentar, impreterivelmente, depois de decorridos 15 (quinze) dias da data da realização do leilão, relatório detalhado e circunstanciado dos trabalhos desenvolvidos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

11.4.14 Responsabilizar-se pelas despesas com a execução do leilão;

- a) Arcar com todas as despesas de remoção (transferência/retorno) e se responsabilizar pela guarda dos bens leiloados, em caso de transferência, por interesse do leiloeiro, para suas dependências;
- b) Responsabilizar-se pelos custos de deslocamento, alimentação e hospedagem caso seja necessário;
- c) Responsabilizar-se pela eventual cobrança da comissão devida pelos arrematantes e pelos gastos despendidos para recebê-la;
- d) Responsabilizar-se pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à previdência social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários à execução dos serviços contratados;
- e) Responsabilizar-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas;

11.4.15 Divulgar aos arrematantes que:

11.4.15.1 Não serão aceitas em hipótese alguma alegações, após o arremate, quanto ao desconhecimento do estado de conservação dos bens;

11.4.15.2 A retirada dos bens e os custos ficam a cargo dos arrematantes;

11.4.15.3 Os pagamentos dos valores correspondentes ao lance final dos bens, devem ser realizados via depósito ou transferência na conta corrente indicada no edital do leilão;

11.4.17 Cumprir os dispositivos do Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, Instrução Normativa DREI/ME nº 52, de 29 de julho de 2022, Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, legislação municipal ou as que venham substituí-las;

11.4.18 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do termo de contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.4.19 Comunicar ao Fiscal do termo de contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local dos serviços;

11.4.20 Não entregar os bens negociados aos respectivos arrematantes antes de recebido integralmente o valor correspondente;

11.4.21 Prestar contas a Prefeitura de cada leilão realizado até 5 (cinco) dias úteis após sua respectiva realização;

11.4.22 O CREDENCIADO não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Termo de Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de extinção contratual;

11.4.23 Manter até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração;

11.4.24 Guardar o sigilo e zelo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venha a tomar conhecimento, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa, observando-se integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

11.4.25 Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados a Prefeitura ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente.

11.5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE ESPECÍFICAS DO OBJETO:

11.5.1 Planejar em conjunto com o leiloeiro contratado todas as fases do leilão, de modo que possam ser rigorosamente cumpridas as exigências legais;

11.5.2 Observando o plano de leilão, elaborado em conjunto com o leiloeiro contratado, providenciar:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

- a) em tempo hábil as publicações legais a que se refere o art. 54 da Lei nº 14.133/21;
- b) até 03 (três) dias úteis da apresentação de cada minuta de aviso de leilão, a ser publicado pelo leiloeiro contratado, a análise quanto à forma e ao veículo de comunicação proposto para o aviso e pronunciamento conclusivo, autorizando ou não a divulgação proposta;
- c) Assegurar o livre acesso ao leiloeiro e seus prepostos, quando devidamente identificados, aos locais onde estão dispostos os bens;
- d) Fornecer ao leiloeiro os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de desembaraços, ônus e pendências;
- e) Fornecer ao leiloeiro a relação dos bens a serem alienados e acompanhá-lo na respectiva visitação;
- f) Supervisionar, acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços contratados;
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venha a ser solicitados pelo leiloeiro;
- h) Fornecer todos os dados necessários ao devido pagamento dos bens, no dia do leilão;
- i) Notificar o Credenciado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

12.DOS PRAZOS

12.1. O prazo de vigência do Termo de Credenciamento iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá validade de 60 (sessenta) meses;

12.2. O Termo de Contrato firmado com cada leiloeiro terá a vigência de 12 meses ou até a conclusão do seu escopo, podendo ser automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme Art. 111 da Lei 14.133/21;

12.3. Para fins da contagem dos prazos previstos será considerada como data de assinatura dos Termos de Credenciamento e Contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

12.4 Descredenciamento:

Haverá o cancelamento do credenciamento do leiloeiro, nos seguintes casos:

12.4.1 O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste instrumento, no edital de credenciamento e no contrato, bem como na legislação aplicável ao objeto, ensejará o descredenciamento do proponente, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

12.4.2 Recusa injustificada em assinar o Termo de Contrato para realização do Leilão;

12.4.3 Recusa do serviço independente do motivo por 3 (três) vezes durante a validade do credenciamento;

12.4.4 O credenciado poderá requerer seu descredenciamento, por meio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias antes da realização do leilão, cuja resposta deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias;

12.4.5 A Prefeitura poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos Credenciados, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

13.DA GESTÃO

13.1. A gestão do credenciamento será realizada pela(s) Secretaria(s) solicitante(s) de cada leilão, sendo a(s) mesma(s) responsável(is) pela fiscalização e controle dos credenciamentos;

13.2. O Gestor do Contrato será a Secretária Municipal de Administração, a Sra. Valéria Mendes Fidelis Lisboa, devendo este designar um servidor ou uma Comissão para Acompanhamento e Fiscalização do Contrato.

13.3. Ficam designados fiscais do contrato, os Srs. Warley Silveira Borges e Rubens Nilton Milani Cambraia ;

13.3.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou emprego de serviço inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante.

13.3.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.DAS SANÇÕES

14.1. As penalidades que poderão ser cominadas à Contratada, garantida a prévia defesa do interessado, no respectivo processo administrativo, observando os procedimentos previstos na Lei 14.133/2021, só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

14.1.1. Comprovação, pela Contratada, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento do objeto contratado;

14.1.2. Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Contratante.

14.2. Comete infração administrativa o fornecedor que incorrer em quaisquer das infrações previstas no art.155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

14.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

14.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;

14.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de credenciamento;

14.2.6. Ensejar o retardamento da execução do serviço sem motivo justificado;

14.2.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;

14.2.8. Fraudar o processo de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.2.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.2.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta contratação.

14.2.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.3.0 fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.3.1. **Advertência**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.3.2. **Multa**, que poderá ser cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a: **15.3.2.1.15% (dez por cento)** do valor estimado do contrato, nos casos de apresentar documentação falsa exigida para o credenciamento e/ou não celebrar Termo de Contrato;

15.3.2.2. 0,5% (meio por cento) por dia de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Contrato sobre o valor do contrato até o limite de 15



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

(quinze) dias corridos e a partir desta data será considerada inexecução parcial;
15.3.2.3.10% **(dez por cento)** sobre o valor do contrato, em caso de inexecução parcial do Termo de Contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder. Compreendendo esta o atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Contrato superior a 15 (quinze) dias e inferior a 30 (trinta) dias, a partir desta data será considerado como inexecução total do contrato;

15.3.2.4.15% **(quinze pro cento)** sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total do Termo de Contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

15.3.2.5. 5% **(cinco por cento)** sobre o valor do ajuste por desatendimento de cláusula contratual.

14.3.3. **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Santo Antônio do Amparo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.3.2.2. a 9.3.2.6. deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.3.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.3.2.7. a 9.3.2.11., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

14.4. **Na Aplicação das Sanções Serão Considerados:**

15.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.4.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

14.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente;

14.6.A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, não exclui em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

14.7. As penalidades de multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções

e deverão ser pagas através de depósito bancário em conta e prazo indicados pela Prefeitura ou, poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação do encerramento do processo administrativo.

15.DAS INSTRUÇÕES E NORMAS PARA RECURSOS

15.1. Os recursos deverão:

15.2. Obedecer ao disposto no art. 165, da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores;

15.2.1. Ser encaminhados à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida;

15.2.2. Estar acompanhado da respectiva representatividade e, quando for o caso, de procuração;

15.2.2.1. Não serão conhecidos impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

15.3. Deverão ser interpostos na plataforma BNC, dentro do próprio processo licitatório.

16.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O presente edital de credenciamento e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado em um dos documentos e omitido no outro, será considerado especificado e válido;

16.2. Para os casos omissos no presente edital, prevalecerão os termos da Lei nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO
CNPJ 18.244.335/0001-10

14.133/21, e suas alterações posteriores e demais legislações em vigor, notadamente o Decreto Municipal nº 1.923/2023;

16.3. Todas as publicações como alterações ou prorrogações do edital, resumo de atas de julgamento etc., serão publicadas na forma da Lei;

16.4. Fica o proponente ciente de que a simples apresentação da documentação implicará na aceitação das condições estabelecidas neste edital;

16.5. Os pedidos de informações, e de vistas ou esclarecimentos que se fizerem necessários ao perfeito entendimento do presente edital deverão ser enviados pela plataforma BNC, dentro do próprio processo licitatório.

16.6. Não existirá um número mínimo ou máximo de credenciados;

16.7. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação relativa ao presente credenciamento;

16.8. O presente credenciamento poderá vir a ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

16.9. O Município de Santo Antônio do Amparo não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital, senão aquelas que estiverem assinadas pela autoridade competente e publicadas nos sítios e plataformas eletrônicos dispostos no item 4.1, deste edital;

16.10. Todos os questionamentos recebidos e respectivas respostas, informações/alterações, relativos ao presente Edital, serão realizados diretamente na plataforma BNC, sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o seu acompanhamento.

16.11. Dúvidas, esclarecimentos e consultas acerca da operacionalização da plataforma BNC deverá ser realizada pelo telefone: (42) 3026-4555 e e-mail: contato@bnc.org.br.

Santo Antônio do Amparo/MG, 18 de Junho de 2024

SORAIA DO CARMO BOLCATO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO
CNPJ 18.244.335/0001-10

ANEXO I DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO PARA A CONTRATAÇÃO:

1.1 Este procedimento tem por objeto, Credenciamento de leiloeiros oficiais para a prestação de serviços para alienação de bens móveis inservíveis e imóveis, de propriedade do município de Santo Antônio do Amparo/MG, incluindo todos os atos necessários à organização do certame, disposição dos lotes, divulgação, visitação, realização do leilão, prestação de contas e entrega dos bens.

Item	Descrição/ Especificação	Tipo de item (*)	Unidade de medida	Quantidade	Percentual de referência
1	Credenciamento de leiloeiros oficiais para a prestação de serviços para alienação de bens móveis inservíveis e imóveis, de propriedade do município de Santo Antônio do Amparo/MG, incluindo todos os atos necessários à organização do certame, disposição dos lotes, divulgação, visitação, realização do leilão, prestação de contas, e entrega dos bens, por meio de licitação na modalidade de leilão público presencial ou online	Prestação de serviço	UN	1	5%

1.1. Prazo de vigência para o Credenciamento 12(doze) meses.

1.2. Prazo de vigência/execução do contrato: 5 anos, prorrogável pelo mesmo tempo.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo objeto de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1.923/2023.

1.4. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O fornecimento destes serviços é enquadrado como não continuado.

1.6 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A escolha dos Leiloeiros Oficiais através do procedimento de CREDENCIAMENTO é fundamental para que o Município de Santo Antônio do Amparo possa realizar o Leilão de bens imóveis, bens móveis, sucatas irreversíveis e materiais inservíveis pertencentes ao Município, uma vez que a contratação de profissional qualificado possibilita melhor organização e realização dos leilões públicos municipais.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1. A solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento/prestação de serviços de leilão público. A realização do Leilão visa um meio de aumento de arrecadação para o município além de desocupação de espaço físico e destinação correta dos bens inservíveis para Prefeitura de Santo Antônio do Amparo.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Os serviços de leiloeiro têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2 O leilão de bens inservíveis ocorrerá de forma presencial e/ou on-line conforme a necessidade do município ou do leiloeiro.

3.3 Poderão participar do presente credenciamento os leiloeiros públicos oficiais devidamente regularizados, pessoas físicas ou jurídicas que atendam as condições previstas no Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, que regulamenta a profissão de Leiloeiro no território brasileiro.

3.4 Somente será admitida a participação no credenciamento de interessados que devidamente atendam às exigências do edital e seus anexos, que tenham ramo de atividade e qualificação técnica compatível com o objeto licitado.

3.5 O Município não fará nenhum pagamento ao leiloeiro. Este somente irá receber a comissão referente a cada lote vendido, diretamente dos compradores que fizerem o arremate no leilão, em percentual que será levantado em pesquisa prévia de mercado.

3.6 O contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade credenciamento, conforme preceito contido no §1º do artigo 31 da Lei Federal nº 14.133/21.

4 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 O resultado pretendido é a promoção de leilão ou leilões de bens que não são mais úteis para o município, conseguindo o melhor valor possível no leilão público, para que possa fazer o investimento desse retorno financeiro em áreas que necessitam.

4.2 Os bens, objeto dos leilões, não poderão ser vendidos por valor inferior ao preço mínimo avaliado.

4.3 Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da PREFEITURA quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

4.4 Os bens serão vendidos somente à vista nas condições fixadas no regulamento do leilão.

4.5 Em todos os eventos, o Contratado/leiloeiro deverá dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independentemente do valor e da liquidez dos mesmos.

4.6 O leilão será precedido da divulgação do edital também em sítio eletrônico oficial, que conterá:

- a) A descrição do bem, com suas características;
- b) O valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento;
- c) A comissão do leiloeiro designado;
- d) A indicação do lugar onde estiverem os móveis;
- e) O sítio da internet e o período em que ocorrerá o leilão, salvo se for realizado sob a forma presencial, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização; A especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados.

5 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

5.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. Sendo os fiscais: pela parte de veículos e máquinas o senhor Rubens Nilton Milani Cambraia e pelos demais bens o Sr. Warley Silveira Borges.

5.3 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.4 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.5 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.6 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.7 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.8 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.9 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.10 O gestor do contrato, Sra. Valéria Mendes Fidelis Lisboa coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, e sua conduta se dará conforme previsto no artigo 10º do Decreto Municipal nº 1923/2023.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1 Pela prestação dos serviços, o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado, a ser paga pelo arrematante no ato do leilão, não cabendo ao Município de Santo Antônio do Amparo a responsabilidade pela cobrança do bem, nem da comissão devida pelo arrematante, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro(a) oficial para recebê-la.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 Conforme disposto no item 4, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade Credenciamento Público.

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

7.2 Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome do Proponente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter realizado satisfatoriamente o leilão de bens móveis diversos, envolvendo a utilização de plataforma eletrônica de leilão on-line.

7.3 O Município de Santo Antônio do Amparo iniciará a análise dos documentos encaminhados pelos interessados por meio de Comissão, 10 (dez) dias após a publicação do edital.

7.4 O julgamento será efetuado de acordo com os requisitos previstos neste instrumento, e serão credenciados os Leiloeiros Oficiais que atenderem as exigências e necessidades elencadas neste Edital, passando, assim, a compor o rol dos leiloeiros habilitados para atuação nos leilões do Município de Santo Antônio do Amparo, sendo designados para atuação mediante sorteio.

7.5 Após julgamento da documentação apresentada, a Comissão publicará a relação dos habilitados e inabilitados por meio de publicação na Plataforma BNC. A



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

partir da referida publicação será aberto o prazo para a fase recursal.

7.6 A inabilitação do leiloeiro importará no seu afastamento do processo, não vindo a ser credenciado. Se todos os participantes forem inabilitados, a Comissão poderá fixar o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de novas documentações, escoimadas das causas das inabilitações.

7.7 DA REALIZAÇÃO DO SORTEIO: Uma vez publicada a lista de Leiloeiros Habilitados, observados os prazos para eventuais recursos, será comunicada aos credenciados a data, horário e local de realização do sorteio público para a formação da ordem do Rol de Credenciados, por meio de Correio eletrônico, bem como por divulgação no sítio eletrônico: <https://santoantoniodoamparo.mg.gov.br/>. O sorteio será realizado de forma não eletrônica, e acontecerá independentemente da presença dos Leiloeiros, que estarão livres para participar de todas as etapas do evento. Os que tiverem a habilitação após o prazo estipulado no edital, entraram em forma sequencial na lista de leiloeiros habilitados.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A remuneração do leiloeiro contratado para realizar o leilão será constituída exclusivamente da comissão de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor de venda de cada bem ou lote negociado em leilão, cobrada, sem a interveniência do Município, pelo próprio leiloeiro, diretamente dos respectivos arrematantes dos bens.

8.2. As despesas com a realização dos trabalhos mencionados neste edital correrão única e exclusivamente por conta do Leiloeiro Oficial contratado, sendo que as atividades-meio e/ou acessórias do leiloeiro, tais como apoio, guarda, logística, divulgação e organização da leiloaria poderão ser exercidas por empresas organizadoras de leilão, inclusive por meio de plataforma digital ou eletrônica, o que não afasta a responsabilidade pessoal e direta do leiloeiro no exercício de suas funções em pregões e hastas públicas.

8.3. O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários a execução dos serviços contratados e que sejam de sua exclusiva competência

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 O presente credenciamento se dará sem ônus financeiro ao Município de Santo Antônio do Amparo/MG ou aos Leiloeiros credenciados.

Por fim, tenha-se presente que, a contratação afigura-se como necessária para atendimento as demandas existentes e as que estão por vir.

Santo Antônio do Amparo, 26 de abril de 2024.

Valéria Mendes Fidelis Lisboa
Secretaria Municipal de Administração e RH



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO
CNPJ 18.244.335/0001-10

**ANEXO II DO EDITAL
PEDIDO DE CREDENCIAMENTO**

- 1.Nome do Leiloeiro:
- 2.CPF N°:
- 3.N° de matrícula da Junta Comercial do Estado:
- 4.Endereço Completo:
- 5.Telefone: () E-mail:

Na condição de leiloeiro público matriculado na Junta Comercial do Estado de _____, conforme acima qualificado, venho solicitar credenciamento para realizar os leilões que se fizerem necessários para a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo/MG, alienar, em conformidade com o que prescreve a Lei nº 14.133/21 e demais disposições aplicáveis, bens patrimoniais imóveis e móveis inservíveis.

Local, ____/____/____.

**IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO LEILOEIRO OU DE
SEU PREPOSTO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

ANEXO III DO EDITAL MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Termo de Credenciamento que entre si celebram, de um lado, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo/MG, inscrito no CNPJ sob nº 18.244.335/0001-10, de ora em diante denominado **CREDENCIANTE**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Carlos Henrique Avelar, inscrito no CPF sob o nº 596.785.266-20 e de outro lado, o(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, Leiloeiro(a) Oficial, doravante denominado **CREDENCIADO**, firmam o presente termo, oriundo do Processo de **Credenciamento 007/2024**, pelo qual se obriga a prestar os serviços objeto deste Termo de Credenciamento, na forma e condições estabelecidas no edital de licitação e nas cláusulas seguintes, a ser regida pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores e demais normas federais, estaduais e municipais vigentes e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.0 presente termo tem por objeto o Credenciamento de leiloeiros oficiais para a prestação de serviços para alienação de bens móveis inservíveis e imóveis, de propriedade do município de Santo Antônio do Amparo/MG, incluindo todos os atos necessários à organização do certame, disposição dos lotes, divulgação, visitação, realização do leilão, prestação de contas e entrega dos bens, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA GESTÃO

2.1. A gestão do termo de credenciamento será realizada pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Valéria Mendes Fidélis Lisboa;

2.2. Este termo de credenciamento fica vinculado ao Processo Licitatório 071/2024 Inexigibilidade 017/2024 Credenciamento 007/2024 e ao Termo de Referência, Anexo I, do edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Pelo presente credenciamento, não será devido nenhum valor por parte do Credenciado ou da Credenciante;

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1.0 prazo de vigência do Termo de Credenciamento iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá validade de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. As obrigações da Credenciante e do Credenciado são aquelas previstas no Edital e Termo de Referência (Anexo I)

CLÁUSULA SEXTA - DO DESCREDENCIAMENTO

6.1. Haverá o cancelamento do credenciamento do leiloeiro, nos seguintes casos:

6.1.1. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste regulamento, bem como na legislação aplicável ao objeto, ensejará o credenciamento do proponente, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

6.1.2. Recusa injustificada em assinar o Termo de Contrato para realização do Leilão;

6.1.3. Recusa do serviço independente do motivo por 3 (três) vezes durante a validade do credenciamento;

6.2. O interessado poderá requerer seu credenciamento, por meio de declaração apresentada ao Credenciante, a qualquer tempo, antes da assinatura do termo de contrato para realização do leilão;

6.3.0 Credenciante poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos Credenciados, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO
CNPJ 18.244.335/0001-10

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

7.1. Para dirimir questões decorrentes deste Termo de Credenciamento fica eleito o Foro da Comarca de Bom Sucesso/MG, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico.

Santo Antônio do Amparo/MG, .. de de 20XX.

CREDENCIANTE

CREDENCIADO

Testemunhas:

01- _____
NOME:
CPF:

02- _____
NOME:
CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO
CNPJ 18.244.335/0001-10

ANEXO IV DO EDITAL

MINUTA DO CONTRATO N° xxxx/ 2023

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO/MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Coutinho, n.º 39, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 18.244.335/0001-10, neste ato representando por seu Prefeito Municipal, Sr. Carlos Henrique Avelar, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob n.º 596.785.266-20 residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e o Leiloeiro Oficial, Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa física, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, n.º xxx, Bairro xxxxxxxxxxxx - CEP xx.xxx-xxx, na cidade de xxxxxxxx, estado de xxxxx, inscrito no CPF sob n.º XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente contrato, decorrente do **Processo Licitatório 071/2024 Credenciamento 007/2024 e Termo de Credenciamento n.º xx/2023**, pelo qual se obriga a executar os serviços de objeto deste Contrato, fundamentado no artigo 79, da Lei Federal n.º 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.0 objeto do presente contrato é o Credenciamento de leiloeiros oficiais para a prestação de serviços para alienação de bens móveis inservíveis e imóveis, de propriedade do município de Santo Antônio do Amparo/MG, incluindo todos os atos necessários à organização do certame, disposição dos lotes, divulgação, visitação, realização do leilão, prestação de contas e entrega dos bens, em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/21 e demais disposições aplicáveis, de acordo com os critérios e condições estabelecidas neste Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. Os bens imóveis e bens móveis inservíveis a serem leiloados serão definidos por meio de licitação na modalidade leilão, conforme necessidade da CONTRATANTE;

2.2. A cada leilão que a CONTRATANTE vier a realizar, a designação do leiloeiro será definida pela ordem de classificação de credenciamento, publicada pela CONTRATANTE, bem como no disponibilizada nos sítios oficiais dispostos no item 4,1, do edital;

2.3. O leiloeiro oficial será convocado, para realização do leilão público presencial e/ou eletrônico, de acordo com a lista de classificação dos leiloeiros;

2.3.1. A sequência da lista de leiloeiros credenciados será atualizada, passando para o final da fila o leiloeiro que:

- a) Acabou de receber uma solicitação de leilão da CONTRATANTE, independentemente de aceitá-la, ou;
- b) Esteja suspenso/impedido pela Junta Comercial;

2.4.2. A recusa injustificada para realização do leilão implicará no descredenciamento do leiloeiro;

2.4.3. Será automaticamente excluído do rodízio, o credenciado que não mantiver as regularidades previstas no edital;

2.4.4. Havendo descredenciamento de leiloeiro, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO
CNPJ 18.244.335/0001-10

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 A execução do presente termo de credenciamento será pelo regime de execução indireta.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

4.1 Não haverá indicação de despesa, pois o presente credenciamento se dará sem ônus financeiro à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA

5.1 O Termo de Contrato terá a vigência de 12 meses ou até a conclusão do seu escopo, a contar da data de sua assinatura, podendo ser automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei 14.133/21;

5.1.1. Para fins de contagem dos prazos previstos será considerada a data de assinatura do contrato;

5.2. Após a assinatura do Contrato, o leiloeiro receberá a relação de bens que serão leiloados e terá até 5 (cinco) dias úteis para ratificar o Laudo de avaliação dos mesmos, apresentado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÕES

6.1 As alterações deste Contrato serão processadas nos termos do Artigo 124 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 O leiloeiro obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, recebendo, a título de comissão, a taxa de 5% (cinco por cento) para bens imóveis e bens móveis inservíveis, calculada sobre o valor devenda do bem arrematado, taxa esta que deverá ser cobrada diretamente de cada arrematante, na ocasião do leilão, conforme parágrafo único do artigo 24 do Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932;

7.1.1. Não cabe à CONTRATANTE qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro para recebê-la;

7.1.2. Não será devido nenhum outro pagamento além da comissão prevista;

7.2. Caso não ocorra a efetivação da finalização da venda ou caso o leilão público seja suspenso por determinação judicial, a comissão será devolvida ao arrematante pelo leiloeiro, sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Planejar, em conjunto com a CONTRATANTE, todas as fases do leilão e executá-las em conformidade com este Contrato;

8.1. Realizar o leilão dentro do período designado pela CONTRATANTE, conforme legislação vigente e Termo de Contrato;

8.1.1. Dispor de endereço eletrônico com todos os requisitos de segurança e confiabilidade para realização de leilões;

8.2. Ratificar o laudo de avaliação dos bens disponibilizado pela CONTRATANTE, contendo o valor estimado do bem para a venda no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a notificação;

8.3. Promover ampla divulgação, durante no mínimo 15 (quinze) dias úteis que antecedem o leilão, nos veículos de comunicação que forem necessários, tais como: jornais, televisão, rádio, folders, mala-direta, telemarketing, divulgação em sites, e-mails e faixas, outdoors, assumindo os custos com publicidade, sem causar ônus à CONTRATANTE;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

- a) os avisos de leilão deverão ser elaborados em conformidade com os padrões definidos pela CONTRATANTE;
 - b) o leiloeiro contratado só poderá proceder à publicação do aviso de leilão após a aprovação da minuta do edital de leilão pela CONTRATANTE;
 - c) o terceiro dos avisos para divulgação de que trata o art. 38 do Decreto nº 21.981/32 deverá atender também ao disposto no art. 54 da Lei nº 14.133/21, não obstante a CONTRATANTE realize outra publicação da mesma natureza;
- 8.4.** Providenciar filmagens e/ou fotos dos bens a serem leiloados a fim de disponibilizar aos interessados em meio eletrônico;
- 8.5.** Disponibilizar-se ou disponibilizar um representante no local de visitação dos bens a serem leiloados, por no mínimo 6 (seis) horas e durante 2 (dois) dias que antecedem o leilão;
- 8.6.** Orientar os interessados quanto à visitação dos bens nas datas e horários divulgados no edital de leilão;
- 8.7.** Elaborar a Ata do Leilão, que deverá conter, no mínimo, o número e a data do leilão, a qualificação do leiloeiro oficial, o número e a descrição do bem, o valor inicial e o valor arrematado para cada bem e o nome do arrematante;
- 8.8.** Concluída a arrematação, deverá ser lavrado um **auto de arrematação** e será expedida a **carta de arrematação** a favor do arrematante, assim como notas fiscais das comissões pagas;
- 8.8.1.** Deverão ser entregues à CONTRATANTE, cópia de todos os documentos mencionados no item 8.7, 8.8 e 8.9;
- 8.9.** Apresentar, impreterivelmente, depois de decorridos 15 (quinze) dias da data da realização do leilão, relatório detalhado e circunstanciado dos trabalhos desenvolvidos;
- 8.10.** Responsabilizar-se pelas despesas com a execução do leilão;
- 8.10.1.** Arcar com todas as despesas de remoção (transferência/retorno) e se responsabilizar pela guarda dos bens leiloados, em caso de transferência, por interesse do leiloeiro, para suas dependências;
- 8.10.2.** Responsabilizar-se pelos custos de deslocamento, alimentação e hospedagem caso seja necessário;
- 8.11.** Responsabilizar-se pela eventual cobrança da comissão devida pelos arrematantes e pelos gastos despendidos para recebê-la;
- 8.12.** Responsabilizar-se pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à previdência social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários à execução dos serviços contratados;
- 8.13.** Responsabilizar-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas;
- 8.14.** Divulgar aos arrematantes que:
- 8.14.1. Não serão aceitas em hipótese alguma alegações, após o arremate, quanto ao desconhecimento do estado de conservação dos bens;
 - 8.14.2. A retirada dos bens e os custos ficam a cargo dos arrematantes;
 - 8.14.3. Os pagamentos dos valores correspondentes ao lance final dos bens, devem ser realizados via depósito ou transferência na conta corrente indicada no edital do leilão;
- 8.15.** Cumprir os dispositivos do Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, Instrução Normativa nº 113/2010 do Departamento Nacional de Registro de Comércio - DNRC, Instrução Normativa nº 72/2019 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI, legislação municipal ou as que venham substituí-las;
- 8.16.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do termo de contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.17.** Comunicar ao Fiscal do termo de contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qual quer ocorrência anormal que se verifique no local dos serviços;
- 8.18.** Não entregar os bens negociados aos respectivos arrematantes antes de recebido integralmente o valor correspondente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

- 8.19.** Prestar contas à CONTRATANTE de cada leilão realizado até 5 (cinco) dias úteis após sua respectiva realização;
- 8.20.** O Credenciado não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Termo de Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;
- 8.21.** Manter até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração;
- 8.22.** Guardar o sigilo e zelo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venha a tomar conhecimento, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa, observando-se integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- 8.23.** Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente;

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1.** Planejar em conjunto com o leiloeiro contratado todas as fases do leilão, de modo que possam serrigorosamente cumpridas as exigências legais;
- 9.2.** Observando plano de leilão, elaborado em conjunto com o leiloeiro contratado, providenciar:
- a) em tempo hábil as publicações legais a que se refere o art. 54 da Lei nº 14.133/21;
 - b) até 03 (três) dias úteis da apresentação de cada minuta de aviso de leilão, a ser publicado pelo leiloeiro contratado, a análise quanto à forma e ao veículo de comunicação proposto para o aviso e pronunciamento conclusivo, autorizando ou não a divulgação proposta;
- 9.3.** Assegurar o livre acesso ao leiloeiro e seus prepostos, quando devidamente identificados, aos locais onde estão dispostos os bens;
- 9.4.** Fornecer ao leiloeiro os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de desembaraços, ônus e pendências;
- 9.5.** Fornecer ao leiloeiro a relação dos bens a serem alienados e acompanhá-lo na respectiva visitação;
- 9.6.** Supervisionar, acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços contratados;
- 9.7.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelo leiloeiro;
- 9.8.** Fornecer todos os dados necessários ao devido pagamento dos bens, no dia do leilão;
- 9.9.** Notificar o Credenciado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- 10.1.** As penalidades que poderão ser cominadas à Contratada, garantida a prévia defesa do interessado, no respectivo processo administrativo, observando os procedimentos previstos na Lei 14.133/2021, só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
- 10.1.1. Comprovação, pela Contratada, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento do objeto contratado;
 - 10.1.2. Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Contratante.
- 10.2.** Comete infração administrativa o fornecedor que incorrer em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 10.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 10.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 10.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

- 10.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- 10.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de credenciamento;
- 10.2.6. Ensejar o retardamento da execução do serviço sem motivo justificado;
- 10.2.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
- 10.2.8. Fraudar o processo de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.2.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.2.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta contratação.
- 10.2.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.3.0 fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 10.3.1. **Advertência**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 10.3.2. **Multa**, que poderá ser cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a: 10.3.2.1. **15% (dez por cento)** do valor estimado do contrato, nos casos de apresentar documentação falsa exigida para o credenciamento e/ou não celebrar Termo de Contrato;
- 10.3.2.2. **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Contrato sobre o valor do contrato até o limite de 15 (quinze) dias corridos e a partir desta data será considerada inexecução parcial;
- 10.3.2.3. **10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato, em caso de inexecução parcial do Termo de Contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder. Compreendendo esta o atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Contrato superior a 15 (quinze) dias e inferior a 30 (trinta) dias, a partir desta data será considerado como inexecução total do contrato;
- 10.3.2.4. **15% (quinze por cento)** sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total do Termo de Contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;
- 10.3.2.5. **5% (cinco por cento)** sobre o valor do ajuste por desatendimento de cláusula contratual.
- 10.3.3. **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Santo Antônio do Amparo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.3.2.2. a 9.3.2.6. deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 10.3.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.3.2.7. a 19.3.2.11., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 10.4. Na Aplicação das Sanções Serão Considerados:**
- 10.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.4.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 10.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente;
- 10.6.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, não exclui em hipótese



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

CNPJ 18.244.335/0001-10

alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;
10.7. As penalidades de multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções e deverão ser pagas através de depósito bancário em conta e prazo indicados pela Prefeitura ou, poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação do encerramento do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos Srs. Warley Silveira Borges e Rubens Nilton Milane Cambraia, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/21, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

11.1.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

11.1.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

11.1.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

11.2. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não eximirá a **Contratada**, em nenhuma hipótese, das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e/ou Criminal, bem como pelo Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO

12.1. A extinção do Termo de Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nos Artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, bem como, rescindido amigavelmente, a qualquer momento, mediante condições determinadas na Lei e, com aviso prévio de 30 (trinta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. Nos termos do previsto no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a) Lei nº 14.133/2021;
- b) Código Civil;
- c) Código Penal;
- d) Código Processo Civil;
- e) Código Processo Penal;
- f) Legislação Trabalhista e Previdenciária;
- g) Demais normas aplicáveis.

13.2. Fica ainda este Termo Contratual vinculado as condições do Edital e Termo de Referência do Processo Licitatório 071/2024 Credenciamento nº 007/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Foro

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Bom Sucesso/MG, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes da execução deste Contrato.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico.

Santo Antônio do Amparo/MG, .. de .. de 202x.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO
CNPJ 18.244.335/0001-10

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

01- _____
NOME :
CPF :

02- _____
NOME :
CPF :